Termos e Condições de Utilização

jusflow — www.jusflow.pt

Última atualização: 15 de novembro de 2026

Estes Termos e Condições regulam a utilização do portal www.jusflow.pt (doravante «Portal»). Ao utilizar o Portal, o utilizador aceita estes termos. Se não concordar com eles, não deve utilizar o Portal.

> **Em resumo**
>
> - **O Portal é gratuito** e não exige registo.
> - **Os resultados dos utilitários são indicativos:** devem ser verificados e não substituem o aconselhamento de um advogado ou solicitador.
> - **Os cálculos e relatórios que obtiver são seus:** pode imprimi-los, guardá-los e juntá-los a requerimentos ou processos.
> - **É responsável pelos dados que introduz** e pelas opções de cálculo que escolhe.

1. Identificação

O Portal é gerido por **Maria Bastos**, contactável através de mail@jusflow.pt.

O Portal disponibiliza, gratuitamente e sem necessidade de registo, informação jurídica de referência e utilitários de cálculo, nomeadamente:

- cálculo de juros moratórios — comerciais (§ 3.º e § 5.º do art. 102.º do Código Comercial), civis (art. 559.º do Código Civil) e de taxa variável —, com uma ou várias dívidas, prestações periódicas e pagamentos parciais;
- histórico das taxas de juros legais publicadas;
- apoio judiciário: legislação de referência, tabela de honorários e cálculo da remuneração por atos, diligências e audiências.

2. Natureza informativa

Os conteúdos e utilitários do Portal têm caráter meramente informativo e de apoio. Em particular:

- **Não constituem aconselhamento jurídico.** A utilização do Portal não estabelece qualquer relação de mandato, patrocínio ou consulta jurídica com quem o gere.
- **Não substituem um profissional.** O utilizador não deve agir, ou deixar de agir, com base apenas no Portal, sem aconselhamento de um advogado, solicitador ou outro profissional habilitado, adequado ao seu caso.
- **Não analisamos casos concretos.** O contacto por e-mail destina-se a sugestões, correções e pedidos de informação sobre o Portal.

3. Utilitários e resultados

3.1. Fontes e regras

As taxas de juro baseiam-se nos avisos e portarias publicados no Diário da República, e as regras de cálculo estão explicadas na página «Como são feitos os cálculos». Sempre que um período não esteja ainda coberto por taxa publicada, o resultado indica-o e usa a última taxa conhecida, devendo ser confirmado quando a nova taxa for publicada.

3.2. Opções de cálculo

Alguns cálculos dependem de critérios que a lei não fixa de forma inequívoca ou que variam com o caso concreto — por exemplo, a transferência de vencimentos em dia não útil, a ordem de imputação dos pagamentos, a base de contagem dos dias ou a forma de contar as frações de hora nas diligências. O Portal propõe um critério por omissão, explicado na própria página, e permite alterá-lo. A escolha do critério adequado ao caso é da responsabilidade do utilizador; o critério usado fica indicado no resultado.

3.3. Exatidão

São feitos todos os esforços para manter as taxas, as fórmulas e as referências legais corretas e atualizadas, mas não é possível garantir que os resultados estão isentos de erro, que estão completos ou que se adequam a uma situação concreta. O utilizador deve verificar os dados que introduz e confirmar os resultados antes de os utilizar, sobretudo em requerimentos, liquidações ou peças processuais.

3.4. Dados introduzidos

O utilizador é responsável pelos dados que introduz. Se indicar dados pessoais de terceiros (por exemplo, nomes de credores, devedores ou patronos), deve ter fundamento para o fazer e limitar-se ao necessário. O Portal não guarda os dados introduzidos nas calculadoras; o tratamento de dados pessoais está descrito na Política de Privacidade.

4. Utilização aceitável

O utilizador compromete-se a utilizar o Portal de boa-fé e de acordo com a lei. Não é permitido:

- tentar aceder à área reservada, aos servidores ou à base de dados sem autorização, ou contornar as medidas de segurança;
- fazer pedidos automáticos em massa ou extrair sistematicamente conteúdos, de forma que prejudique o funcionamento do Portal;
- usar o Portal para fins ilícitos ou para apresentar como oficiais resultados que tenham sido alterados.

5. Propriedade intelectual

- **Do Portal:** o nome e o emblema jusflow, o design, os textos explicativos, o código-fonte e a organização dos conteúdos são protegidos por direitos de autor e direitos conexos. Não podem ser reproduzidos, modificados ou explorados comercialmente sem autorização escrita.
- **Textos oficiais:** a legislação, os avisos e as portarias reproduzidos ou referidos no Portal são textos oficiais, não protegidos por direitos de autor (art. 7.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos).

- **Resultados do utilizador:** os cálculos, relatórios, impressões e ficheiros exportados que o utilizador obtém podem ser livremente utilizados por ele, incluindo em requerimentos, liquidações e processos, sem necessidade de autorização.
- **Partilha:** é permitido partilhar ligações para as páginas do Portal e citar os seus conteúdos com indicação da fonte.

6. Disponibilidade

O Portal é disponibilizado tal como está. Pode ser interrompido, alterado ou descontinuado, total ou parcialmente, nomeadamente para manutenção, atualização das taxas ou correção de erros, sem aviso prévio e sem direito a qualquer compensação.

7. Limitação de responsabilidade

Na medida permitida por lei, quem gere o Portal não é responsável por danos resultantes:

- do acesso ou da impossibilidade de acesso ao Portal ou aos seus utilitários;
- de erros, omissões, desatualizações ou imprecisões nos conteúdos e resultados;
- de decisões tomadas pelo utilizador com base na informação ou nos resultados obtidos.

Esta limitação não se aplica aos casos em que a lei não permite excluir ou limitar a responsabilidade, nomeadamente em caso de dolo ou culpa grave.

8. Ligações para outros sites

O Portal contém ligações para sites externos, como o Diário da República. São disponibilizadas por conveniência; o Portal não controla nem é responsável pelos conteúdos, disponibilidade ou políticas desses sites.

9. Proteção de dados e cookies

O tratamento de dados pessoais e a utilização de cookies e tecnologias semelhantes regem-se pela Política de Privacidade e pela Política de Cookies, disponíveis no rodapé do Portal.

10. Alterações

Estes termos podem ser alterados para refletir alterações no Portal ou na lei. A versão em vigor está sempre disponível no rodapé do Portal, com a data da última atualização, e aplica-se a partir da sua publicação.

11. Lei aplicável e litígios

Estes termos regem-se pela lei portuguesa. Para a resolução de litígios são competentes os tribunais portugueses, nos termos da lei, sem prejuízo das normas imperativas aplicáveis aos consumidores.

Para qualquer questão sobre estes termos, contacte mail@jusflow.pt.